

Pregão Eletrônico nº 7527/2025

Objeto: Recurso contra decisão na contratação de empresa para fornecimento de serviços de fotografia

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa LUCIANO NUNES FOTOGRAFIA (doc. 33), contra a decisão que habilitou a empresa GUTI VISION STUDIOS LTDA. no processo licitatório em tela.

Adoto como razão de decidir, conforme faculta o art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999, o Parecer nº 249/2025 da Assessoria Jurídica deste Tribunal (doc. 38) - exarado à luz do art. 168, parágrafo único, da Lei nº 14.133/202 -, e o entendimento assinalado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1211/2021 – Plenário, na Sessão de 26-5-2021, assim sintetizado:

Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; **sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.** (Processo 018.651/2020-8. Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues).

Nesse contexto, como bem destaca a Assessoria Jurídica, o TCU entende que a interpretação literal do termo "documentos já apresentados" do art. 64, I, da Lei nº 14.133/2021 pode levar à prática de atos desalinhados com o interesse público, nos quais os procedimentos da licitação se sobrepõem ao resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Imperioso observar, ainda, face a correta interpretação do dispositivo legal, não ter se configurado, no presente caso, tratamento diferenciado entre licitantes, ao menos no grave sentido de ação deliberada destinada a favorecer determinada empresa em detrimento de outras, o que constituiria verdadeira afronta aos princípios da isonomia e da impessoalidade.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso com base nos arts. 9º, I, "a", e 64, I, da Lei nº 14.133/2021 e mantenho o resultado do certame, determinando o processamento da licitação até seus ulteriores termos.

Dê-se ciência aos interessados.

Em 8 de setembro de 2025.

AMARILDO CARLOS DE LIMA
Desembargador do Trabalho-Presidente

